

O IDEB E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS DETERMINANTES INTERNOS E EXTERNOS

Marecida Bezerra de Araújo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
marecilde@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, discutimos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instrumento de avaliação de caráter amostral que passou a produzir informações a respeito da realidade educacional brasileira. Para o Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), o IDEB funciona como indicador nacional que possibilita o monitoramento por parte da sociedade (governantes e comunidade escolar) diante dos resultados de desempenho que a escola apresenta a partir de dois eixos: aprovação dos alunos e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo próprio INEP.

Definiu-se como problemática a ser investigada neste estudo: quais fatores colaboram para que a Escola Estadual Barão do Rio Branco (EEBRB), situada no município de Parelhas-RN, alcance, durante anos consecutivos, níveis mais elevados do IDEB, com relação às demais escolas do município? Como objetivo geral, procurou-se: analisar os fatores que contribuem para o aumento consecutivo do IDEB, na EEBRB; conceituar a avaliação educacional e o índice do desenvolvimento da educação básica; refletir sobre a necessidade da qualidade na educação básica; apresentar os princípios da *accountability*, como pressuposto inserido nas políticas públicas avaliativas.

O estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa e descritiva (GIL, 2010), que analisa os dados de modo subjetivo, descrevendo a realidade identificada. Pauta-se na análise documental de livros de matrículas, livros atas, projeto político-pedagógico (PPP), sistemas oficiais do governo federal e estadual.

Por tanto, este artigo apresenta a avaliação escolar na perspectiva do IDEB, os resultados da pesquisa e as considerações finais.

AValiação EDUCACIONAL E O IDEB

A avaliação educacional é uma designação ampla que envolve diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e financeiros, como também abordagens

teóricas diversas, principalmente as que se referem à problemática da avaliação escolar. Esse termo se reporta ao interior da escola e, especificamente, à sala de aula, onde as faces e interfaces da inclusão/exclusão dos sujeitos e do conhecimento acontecem. Nesse percurso estão os aspectos cognitivos, psicológicos, emocionais, a objetividade e subjetividade dos avaliadores e avaliados.

Para Freitas (2009), a avaliação marcada por esses diferentes contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, chega ao interior da sala de aula mediante a intrínseca relação da sociedade com a escola, pelas vias do desenvolvimento, progresso, transformação, promoção ou controle, regulação, poder, medo, punição ou da ameaça. O referido autor discute a posição que a escola assume na sociedade diante dos processos avaliativos, sejam eles, institucional, pedagógico da sala de aula e do processo de aprendizagens ou as avaliações externas que selecionam a escola, colocando-a em determinadas posições sociais diante da comunidade na qual está inserida.

Afonso (2005) esclarece que as diferentes modalidades da avaliação assumem critérios tradicionais, dominantes mediante suas funções, como: os exames tradicionais não pedagógicos, visto que é fora da escola que encontram grande parte de sua razão de ser; e os quocientes de inteligência e os testes educacionais, como forma de avaliação normativa que lhe confere uma natureza intrinsecamente relativa e competitiva. Assim, o modelo de responsabilização, baseado na lógica do mercado, que se apoia no controle administrativo e formas de avaliação quantitativas quanto aos resultados ou produtos escolares, aponta as escolas como responsáveis pelos seus resultados educacionais. Essa é a abordagem do Estado avaliador, preocupado com o produto e não com o processo, impondo a ideologia da privatização, do capitalismo de livre mercado, conduzindo alterações e mudanças no papel do Estado nos âmbitos local e nacional.

Em 2005, foi introduzida a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), divulgada como Prova Brasil, para avaliar o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática das escolas da rede pública. O objetivo é fornecer dados referentes ao sistema educativo para os gestores e profissionais da educação, tal como para toda a comunidade escolar. O monitoramento da qualidade da educação, embasado na combinação dos resultados obtidos no SAEB e na Prova Brasil, levou à criação do IDEB, em 2007 – instrumento do Plano de Desenvolvimento da

Educação (PDE) –, permitindo ao governo traçar metas de qualidade para o sistema educativo e ranquear as instituições de ensino em uma escala de 0 a 10.

Nesse contexto, a qualidade da educação tem sido entendida mediante a publicização dos resultados das avaliações em larga escala, que instiga a competitividade das redes de ensino (privado e público), responsabiliza a escola e seus professores pelos resultados indesejados e compreende a educação como instrumento mercadológico, produtivo (FREITAS, 2009).

Desse modo, no campo educacional brasileiro, o conceito de *accountability* tem apresentado estratégias de melhorias e qualidades do ensino diante das recentes políticas burladas pelo Estado. Especificamente na educação básica, com a expansão do papel da avaliação em larga escala (FERNANDES; GREMAUD, 2009), caracterizada pela implantação do IDEB.

A constituição e a trajetória das políticas de avaliação educacional no Brasil têm sido marcadas por grandes discussões em torno do pacto federalista, o qual envolve o regime de colaboração, a descentralização, a municipalização e outros aspectos determinantes nos resultados e qualidade da educação pública. Os debates avançam diante das avaliações externas padronizadas, que acontecem na escola sem levar em consideração o processo de ensino e aprendizagem e sob a influência de programas e projetos governamentais que, no percurso dos mandatos, desaparecem e ressurgem, implicando em visões distintas das políticas públicas educacionais.

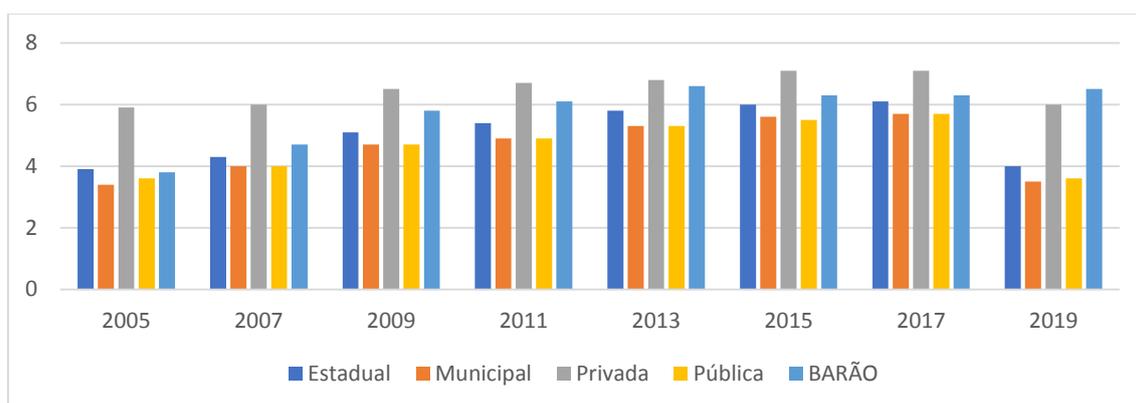
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O marco situacional da EE BRB data de 1919, com sua criação, pelo decreto-lei nº 87, concedido pela Secretaria de Estado do Rio Grande do Norte. Desde sua origem, a referida escola se torna instituição pública, considerada de referência na educação local. Nessa trajetória histórica, é a escola mais antiga da cidade; sua estrutura física é a do Grupo Escolar, construído em 1940, mantendo sua arquitetura até os dias atuais.

De acordo com PPP da escola (2019), o resultado no IDEB se dá mediante um conjunto de ações, como: formação continuada, trabalho de incentivo à leitura planejamentos semanais em contraturno na própria escola. Em 2013, a escola atinge o IDEB de 6.6 nas séries iniciais do ensino fundamental, ficando em 2º lugar

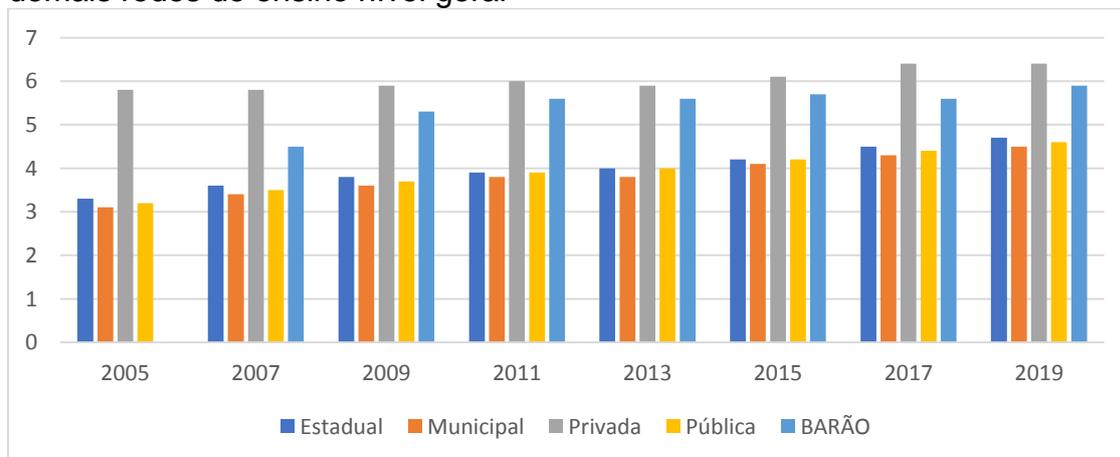
no *ranking* das escolas estaduais do Rio Grande do Norte. No ano de 2019, a escola que obtém 6.5 nas séries iniciais do ensino fundamental, fica em 8º lugar e, nas séries finais, 5.9, assumindo o 2º lugar no *ranking* das escolas estaduais.

Gráfico 1 – IDEB anos iniciais do ensino fundamental da EEBRB, comparado com as demais redes de ensino em nível geral



Fonte: Adaptado a partir dos resultados do IDEB/INEP, 2020.

Gráfico 2 – IDEB anos finais do ensino fundamental da EEBRB, comparado com as demais redes de ensino nível geral



Fonte: Adaptado a partir dos resultados do IDEB/INEP, 2020.

Os dados dos gráficos expõem o resultado da EEBRB, comparado com os dados nacional, estadual, municipal e privado. A escola apresenta um desempenho importante, tanto nos anos iniciais, como nos finais. A partir de 2007, percebe-se um aumento considerável da escola pesquisada, comparada com os resultados em âmbito nacional. Em 2019, a escola encontra-se superior aos outros níveis de ensino e fica apenas abaixo da escola privada nos anos finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EEBRB entende, à luz do seu PPP, que a política de avaliação educacional é mais do que a utilização de mecanismos avaliadores de sistemas em larga escala, principalmente com testes padronizados, como regulação/indução e a determinação de práticas pedagógicas e avaliativas no interior das escolas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. *In*: ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Escola, currículo e avaliação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. **Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas**. *In*: Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de *et al* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. São Paulo: Vozes, 2009.